



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

19/04/2015 ATÉ 19/04/2015



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 G1 MARANHÃO.....	1
	1.2 SITE 0 PROGRESSO.....	2
2	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	2.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	3
3	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	3.1 SITE 0 PROGRESSO.....	4

Expediente no Judiciário será suspenso nos dias 20 e 21 de abril

O expediente no Judiciário do Estado do Maranhão será suspenso nos dias 20 (feriado forense) e 21 (Tiradentes), conforme Resolução nº 031/2014 do Tribunal de Justiça. Os prazos processuais iniciados ou encerrados nesse período serão automaticamente prorrogados para quarta-feira (22).

Para o atendimento das demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares - ficará em funcionamento o plantão judicial, nas esferas cível e criminal da justiça de 1º e 2º graus.

No 2º grau, serão recebidas apenas demandas urgentes, incluindo pedidos de habeas corpus e mandados de segurança. A desembargadora Maria das Graças Duarte, é a plantonista até o dia 19 (domingo). O desembargador Kleber Carvalho assume o plantão na segunda (20).

Os servidores plantonistas de 2º grau são Aluísio Alves Júnior e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 98815-8344.

Justiça determina que Detran celebre contrato com a BR Construções

A Justiça do Maranhão determinou que o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) dê continuidade à contratação direta emergencial da BR Construções, Comércio e Serviços Ltda. A decisão ocorreu no julgamento do recurso interposto pelo Estado do Maranhão pedindo efeito suspensivo da sentença do Juízo da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da comarca de São Luís, que suspendeu a contratação da empresa, ao deferir o pedido de liminar formulado por meio de Ação Popular.

Em sua defesa, o Estado alegou ausência de dano ao erário, sustentando que a Ação Popular se resumiu em apontar possíveis ilegalidades que proibiam a contratação, sem demonstrar a lesão. Ressaltou ainda a necessidade da contratação emergencial, diante de acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho, que já se encontra em fase de execução no valor de R\$ 1.127.100.000,00, em caso de descumprimento das obrigações.

Na sua decisão, o desembargador Ribamar Castro destacou o acordo judicial existente entre o Estado e a Procuradoria Regional do Trabalho (16ª Região), que autorizou a contratação emergencial de outra empresa, em caráter excepcional, relativo ao fornecimento de pessoal suficiente para o bom funcionamento do Detran.

O magistrado frisou que a contratação emergencial não se deu de forma deliberada, com mera intenção de burlar o princípio do concurso público.

A economia de 30% na efetivação do contrato de emergência, apresentada pela administração pública, foi outro aspecto enfatizado pelo desembargador, ao julgar procedente a contratação da BR Construções.

TJ/MA supera meta de julgamento de ações penais

Em sessão administrativa do Órgão Especial, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, comunicou aos desembargadores a repercussão positiva do desempenho do Tribunal de Justiça do Maranhão, que julgou 83,3% das ações penais no ano de 2014, superando a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.

A alta produtividade dos desembargadores maranhenses coloca a corte estadual entre os três tribunais do Brasil que conseguiram cumprir a meta prevista para os estados, de julgar 80% dos processos envolvendo crimes dolosos. À frente do TJMA ficaram apenas os tribunais do Acre e Amapá, ambos com 100% de cumprimento da meta.

"O Tribunal de Justiça do Maranhão está servindo de exemplo e atualmente é destaque na mídia nacional pela sua alta produtividade", disse a presidente do TJMA na abertura da sessão, ao falar da repercussão positiva da divulgação dos dados informados pelo Conselho Nacional de Justiça na mídia nacional, na última segunda-feira. Segundo informações da diretoria judiciária, em 2015 o TJMA também está obtendo resultados positivos quanto à produtividade dos desembargadores no julgamento dos processos cíveis e criminais em geral. Nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano foram distribuídos 6.955 processos e julgados 7.374, resultado que inclui os processos remanescentes de anos anteriores. Ou seja, o TJ julgou mais processos do que recebeu nesse trimestre.

Improbidade

O TJMA também cumpriu, em 2014, 99% da Meta 4 do Poder Judiciário quanto ao julgamento de processos por improbidade administrativa e ações penais relativas a crimes contra a administração pública, distribuídos até o fim de 2012. Conforme relatório técnico do Tribunal, 21 gestores, entre prefeitos e ex-prefeitos maranhenses, foram condenados.

Dentre os crimes que resultaram nas condenações estão atraso ou fraude na prestação de contas, além de lesão ao erário público, desvio de verbas públicas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, e outros motivos.

Governo assina termo para cessão de terreno ao TJ/MA

Secretário Felipe Camarão e demais autoridades observam a desembargadora Cleonice Freire assinando o Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel

Secretário Felipe Camarão e demais autoridades observam a desembargadora Cleonice Freire assinando o Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Previdência (Segep), e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) assinaram, nessa semana, documento transferindo um terreno de propriedade do Estado para o Judiciário Maranhense. O terreno cedido tem área de 5,8 hectares e está sediado no município de São Luís.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Previdência (Segep), e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) assinaram, nessa semana, documento transferindo um terreno de propriedade do Estado para o Judiciário Maranhense. O terreno cedido tem área de 5,8 hectares e está sediado no município de São Luís.

O Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel possibilita, ao Tribunal de Justiça do Maranhão, a construção de unidades no terreno, que fica localizado na Avenida Carlos Cunha, ao lado do Tribunal de Contas do Estado. De acordo com o secretário de estado de Gestão e Previdência, Felipe Camarão, a cessão do terreno é uma determinação do governador Flávio Dino, que, desta forma, tem o intuito de contribuir com a contínua melhoria dos serviços prestados pelo tribunal e efetiva a harmonia do Poder Executivo com os demais poderes. Participaram do ato o secretário Felipe Camarão, a presidente do TJ/MA, desembargadora Cleonice Freire; os desembargadores Jamil Gedeon, Raimundo Barros e Fróz Sobrinho; os juízes Roberto Abreu e Sara Gama; e o diretor de informática do TJ, Jorge Oliveira.